

ANEXO 10

DA CONFIDENCIALIDADE

De forma a assegurar a proteção e a preservação da natureza confidencial das informações a serem transmitidas ou disponibilizadas por cada uma das Partes relativamente ao seu possível envolvimento conjunto para fins de interconexão das redes de telecomunicações da Partes (“Projeto”);

Resolvem as Partes celebrar o presente Acordo de Confidencialidade como condição para transmissão de Informações Confidenciais, como definido abaixo, que se regerá pelas seguintes condições:

1. Informações Confidenciais:

Toda informação, incluindo dentre outras, todas e quaisquer informações orais e escritas, transmitidas e/ou divulgadas por uma Parte à outra Parte, serão consideradas confidenciais, restritas e de propriedade da Parte que transmitiu as informações, doravante designadas simplesmente “Informações Confidenciais”. Adicionalmente, considerando o fato de discussões e negociações estarem sendo realizadas pelas Partes, serão também tidas como Informações Confidenciais todos os termos, condições e fatos relativos a tais discussões e negociações.

2. Uso:

Cada Parte concorda em usar as Informações Confidenciais recebidas da outra Parte somente com o propósito de avaliar a possibilidade de negócio entre as Partes relativo ao objeto do Acordo— descrito no Projeto acima. Nenhum direito, licença, direito de exploração de marcas, invenções, direitos autorais, patentes, ou direito de propriedade intelectual estão aqui implícitos, incluídos ou concedidos por meio deste Acordo, ou pela transmissão de Informações Confidenciais entre as Partes.

3. Não divulgação; zelo:

A Parte que receber Informações Confidenciais (doravante referida como “Parte Receptora”) somente poderá usá-la para o propósito estabelecido na Cláusula 2 acima e zelar para que tais Informações Confidenciais não sejam de qualquer forma divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo, do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias informações confidenciais. As Partes concordam que todas as Informações Confidenciais serão mantidas pela Parte Receptora em local seguro e com acesso limitado, sendo disponibilizadas somente aos consultores, empregados ou agentes da Parte Receptora que necessitarem de tais Informações Confidenciais para os fins do presente Acordo, garantindo à Parte transmissora das Informações Confidenciais (doravante referida como “Parte Transmissora”) o cumprimento e bom desenvolvimento dos termos e condições deste Acordo por parte de seus consultores, empregados ou agentes.

3.1 Somente será permitida a divulgação de Informações Confidenciais para qualquer terceiro pela Parte Receptora, mediante a prévia autorização por escrito da Parte Transmissora das Informações Confidenciais, excepcionado o disposto na Cláusula 6.1.

4. Cópias:

As Informações Confidenciais disponibilizadas não serão reproduzidas de qualquer forma, exceto se necessário para a execução deste Acordo, devendo ser devolvidas e/ou destruídas após a sua utilização, observado o procedimento disposto na Cláusula 5 abaixo.

5. Propriedade:

Todas as Informações Confidenciais, a não ser que de outro modo tenha sido estabelecido por escrito entre as Partes, permanecerá sendo de propriedade da Parte Transmissora, somente podendo ser usada pela Parte Receptora para os fins deste Acordo. Tais Informações Confidenciais, incluídas as cópias realizadas, serão retornadas para a Parte que as transmitiu, ou então destruídas pela Parte Receptora, tão logo tenha terminado a necessidade de seu uso pela Parte Receptora ou tão logo solicitado pela Parte Transmissora e, em qualquer caso, na hipótese de término deste Acordo. A pedido da Parte Transmissora, a Parte Receptora deverá prontamente emitir uma declaração a ser assinada por seu representante legal, confirmando que todas as Informações Confidenciais não retornadas para a Parte Transmissora foram inteiramente destruídas.

6. Limitação:

Não serão consideradas Informações Confidenciais, nos termos deste Acordo, as informações que:

- i. tenham sido ou sejam publicadas, ou sejam ou se tornem de domínio público, desde que tal publicação ou publicidade não tenha sido ocasionada por fato atribuível ou interferência da Parte Receptora;
- ii. tenham sido independentemente desenvolvidas pela Parte Receptora juntamente com terceiros;
- iii. sejam transmitidas para a Parte Receptora depois de a Parte Transmissora ter recebido da Parte Receptora notificação por escrito de que não deseja mais receber Informações Confidenciais; ou
- iv. posteriormente à divulgação aqui tratada, sejam obtidas ou possam ter sido obtidas legalmente de um terceiro com direitos legítimos para divulgação de tais informações, sem quaisquer restrições para tal.

6.1 Caso as Informações Confidenciais sejam requisitadas por determinação judicial ou governamental competentes, a Parte Receptora deverá cumprir tal determinação, comunicando previamente a Parte Transmissora da existência de tal determinação, no prazo da resposta ou, na impossibilidade de comunicação prévia, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, sendo certo que a limitação à obrigação de confidencialidade está adstrita ao cumprimento da ordem judicial ou governamental.

7. Violação:

Cada Parte, neste ato, reconhece e aceita que, na hipótese de violação de quaisquer das cláusulas deste Acordo, estará ela sujeita a todas as sanções e penalidades nos termos da legislação brasileira, sem prejuízo dos danos a quem der causa, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo, ficando excluídos desde já quaisquer danos indiretos e/ou lucros cessantes causados por uma Parte à outra.

8. Prazo e Permanência da Confidencialidade:

O presente Acordo entra em vigor na data de sua assinatura, permanecendo vigente por um prazo de 5 (cinco) anos. Na hipótese de vir a ser celebrado pelas Partes contrato em razão do Projeto, o presente Acordo permanecerá válido durante a vigência do contrato, subsistindo a confidencialidade pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do eventual término do referido contrato.

9. Publicidade:

Todas as declarações, anúncios públicos e divulgações relativas a este Acordo deverão ser previamente comunicadas e coordenadas com outra Parte, dependendo a sua declaração, anúncio e/ou divulgação de seu prévio consentimento.

10. Disposições Gerais:

Este Acordo será regido pelas leis brasileiras e obriga as Partes, seus representantes legais, sucessores e cessionários, declarando as Partes não haver quaisquer outros entendimentos, acordos ou declarações, expressas ou implícitas, com relação a este Acordo que não estejam aqui especificadas. Este Acordo somente poderá ser alterado mediante documento escrito assinado pelas Partes. A existência deste Acordo e a natureza das discussões entre as Partes não deverão ser divulgadas por qualquer Parte sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte.

10.1 As Partes reconhecem que cada uma pode ser parte integrante de um grupo econômico, cujas pessoas jurídicas são múltiplas entidades jurídicas com distintas jurisdições e, assim, é apropriado a cada Parte fornecer informações para suas afiliadas. Dentro deste âmbito apenas e com este fim, observados o princípio da boa-fé e a obrigação de informar que se trata de Informações Confidenciais, cada Parte garante o cumprimento e bom desenvolvimento dos termos e condições deste Acordo por parte de suas afiliadas. Para interpretação desta Cláusula 10.1, o termo 'afiliada' significa toda pessoa jurídica que seja controlada por uma das Partes, ou aquela que controla uma das Partes ou que tem controlador comum com uma das Partes.

10.2 Toda e qualquer tolerância de uma das Partes em relação à inobservância, total ou parcial, da outra às disposições deste Contrato será considerada como mera liberalidade, não devendo significar renúncia ou novação aos direitos previstos neste Acordo.

10.3 Nem este Acordo e tampouco a revelação ou o recebimento de quaisquer Informações Confidenciais deve constituir-se em ou implicar qualquer promessa ou intenção de se realizar compra de produtos, bens ou serviços por qualquer das Partes, ou qualquer compromisso por qualquer das Partes em relação à presente ou futura comercialização de qualquer produto, bem ou serviço, inclusive no que se refere ao Projeto, e, bem assim, não obriga qualquer das Partes a estabelecer qualquer acordo ou negociação com a outra Parte ou abster-se de estabelecer um acordo ou negociação com qualquer terceiro.

10.4 As Partes neste ato reconhecem que a TIM, suas afiliadas, seus administradores, funcionários e eventuais subcontratados estão sujeitos à observância e cumprimento do Código de Ética da TIM ("Código de Ética TIM"), o qual prevê que todos os seus negócios, incluindo o presente Acordo, pautam-se pelo desenvolvimento e crescimento sustentáveis, e pelo respeito e pela proteção dos direitos humanos, do direito do trabalho, dos princípios da proteção ambiental e da luta contra a corrupção, à luz dos princípios do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas. O Código de Ética TIM prevê a necessidade de respeito: (i) a honestidade, a lealdade e a transparência para com os seus acionistas, clientes, parceiros, fornecedores, contratados, mercado, órgãos governamentais, comunidade e demais stakeholders / partes interessadas; (ii) os interesses da sociedade e das partes contratantes, acima dos interesses individuais de seus funcionários, representantes e prestadores de serviços; (iii) as normas de segurança e saúde nos locais de trabalho; (iv) o meio ambiente e a saúde pública, adotando-se, inclusive, uma abordagem preventiva aos problemas correlacionados. A TIM também repudia e condena (a) qualquer ato

que atente contra os direitos humanos, principalmente aqueles protegidos pela Constituição; (b) o trabalho infantil, ilegal ou escravo; (c) atos que impliquem ou resultem em torturas, físicas ou mentais; (d) atos que atentem contra a saúde e a segurança nos locais de trabalho, inclusive visando a evitar acidentes e danos à saúde; (e) atos que prejudiquem o direito de livre associação de seus empregados; (f) atos discriminatórios em suas relações de trabalho, inclusive na definição de remuneração, acesso a treinamento, promoções, demissões ou aposentadorias, seja em função de raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, idade, deficiência física ou mental, filiação sindical, nem tampouco apoiará qualquer outra forma de discriminação ou assédio; (g) atos de corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e suborno. O Código de Ética TIM se encontra disponível no sítio de internet da TIM Participações S.A. (<http://www.timpartri.com.br> – Área: Governança Corporativa, Código de Ética) e arquivado na sua sede e em todos os seus estabelecimentos, à disposição para consulta pública. Neste sentido, a TIM declara que, em sua atuação e seus negócios, na medida do aplicável, observa e difunde os princípios e valores acima mencionados em sua cadeia de negócios, de modo ético e socialmente responsável.